

“ELES NÃO QUEREM NOSSOS CORPOS NESTES ESPAÇOS”: GRUPO REFLEXIVO COM ESTUDANTES LGBT*

“NO QUIEREN NUESTROS CUERPOS EN ESTOS ESPACIOS”:
GRUPO REFLEXIVO CON ESTUDIANTES LGBT*

JESSICA ESTEVES

CAMILA
MAFFIOLETTI
CAVALER

DIPAULA MINOTTO
DA SILVA

*Universidade do Extremo
Sul Catarinense - UNESC,
Criciúma, SC, Brasil*

“THEY DON’T WANT OUR BODIES IN THESE SPACES”:
REFLECTIVE GROUP WITH LGBT* STUDENTS

RESUMO: O presente artigo narra a experiência de um grupo reflexivo com estudantes LGBT*, facilitado durante um estágio em psicologia social, em uma universidade do Sul de Santa Catarina. O grupo foi inspirado na metodologia dos grupos reflexivos de gênero, sendo em formato aberto, com seis encontros e duração média de uma hora por encontro. Os temas dos encontros foram: “Acordos de convivência”, “Autoestima, sociedade e afetações», “Saúde Mental da População LGBT*”, “Reflexões sobre gênero e saúde mental», “Diversidade Sexual e Famílias Homotransafetivas”, “Permanência estudantil e no mundo do trabalho”. Ao abordar questões que permeiam as vivências de pessoas LGBT*, como LGBTfobia, conflitos familiares e construção de self, foi possível argumentar sobre a importância de espaços seguros e inclusivos no contexto universitário, fomentando futuras iniciativas que promovam projetos com este propósito.

Palavras-chave: grupo reflexivo; LGBT*; LGBTfobia; universidade; psicologia social.

RESUMEN: Este artículo narra la experiencia de un grupo reflexivo con estudiantes LGBT*, facilitada durante una pasantía en psicología social, en una universidad del sur de Santa Catarina. El grupo se inspiró en la metodología de los grupos reflexivos de género, siendo en formato abierto, con seis reuniones y una duración promedio de una hora por reunión. Los temas de los encuentros fueron: “Acuerdos de convivencia”, “Autoestima, sociedad y afectaciones”, “Salud mental de la población LGBT*”, “Reflexiones sobre género y salud mental”, “Diversidad sexual y familias homotransafectivas”, “Permanencia estudiantil y en el mundo de trabajo”. Al abordar temas que permean las experiencias de las personas LGBT*, como la LGBTfobia, los conflictos familiares y la autoconstrucción, fue posible argumentar sobre la importancia de espacios seguros e inclusivos en el contexto universitario, incentivando futuras iniciativas que impulsen proyectos con este propósito.

Palabras claves: grupo reflexivo; LGBT*; LGBTfobia; universidad; psicología social

ABSTRACT: This article narrates the experience of a reflective group with LGBT* students, facilitated during an internship in social psychology, at a university in the south of Santa Catarina. The group was inspired by the methodology of gender reflective groups, being in an open format, with six meetings and an average duration of one hour per meeting. The themes of the meetings were: “Coexistence agreements”, “Self-esteem, society and affectations”, “Mental Health of the LGBT* Population”, “Reflections on gender and mental health”, “Sexual Diversity and Homotransaffective Families”, “Student permanence and in the world of work». By addressing issues that permeate the experiences of LGBT* people, such as LGBTphobia, family conflicts and self-construction, it was possible to argue about the importance of safe and inclusive spaces in the university context, encouraging future initiatives that promote projects with this purpose.

Keywords: reflective group; LGBT*; LGBTphobia; university; social psychology.

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v33i79.766>

Recebido em: 11/12/2023
Aceito em: 01/06/2024



O processo de subjetivação das pessoas LGBT^{*(1,2)} tende a ser marcado por desafios e discriminações sistemáticas, produzindo implicações profundas em seu bem-estar psicológico e emocional. Parte disso se deve ao contexto de violência simbólica e física naturalizada aos quais estão submetidas estas pessoas. De acordo com dados apresentados pelo Dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2022), o país testemunhou 273 mortes de pessoas LGBT* de forma violenta, as quais incluíram 228 assassinatos, 30 suicídios e 15 óbitos por outras causas relacionadas à violência.

As violências sofridas por esta população são diversas, incluindo agressões físicas e verbais, e tentativas de homicídio. Travestis e mulheres trans representam uma parcela significativa das vítimas, com 159 mortes registradas. A faixa etária de 20 a 29 anos foi a mais afetada, com 91 vítimas neste grupo. Esses números são agravados devido à subnotificação e à falta de dados governamentais abrangentes, o que provavelmente subestima a verdadeira extensão do problema (OMVLB, 2022).

A população LGBT* no Brasil tem em seu contexto macrosocial, expressiva exposição à violência, que produz consequências na saúde mental dessas pessoas (Moreira, Frois & Ornelas, 2022). As experiências vividas por pessoas LGBT* são frequentemente afetadas pela LGBTfobia presente em vários contextos em que estão inseridas, devido à sua identidade que difere do padrão cis heteronormativo³. Ao falarmos sobre LGBTfobia nos referimos a qualquer forma de discriminação ou preconceito direcionado a pessoas com diferentes orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero. Isso inclui atitudes negativas, hostis, violência, estigmatização e discriminação institucional.

Tais experiências deixam marcas no corpo, tanto físicas quanto psicológicas (Silva, 2019). É importante considerar que a subjetividade é um processo, ou seja, um constante fazer-se, e o ambiente em que uma pessoa vive tem influência sobre ela e, ao mesmo tempo, é afetado por ela.

Guacira Lopes Louro (2000) considera que a sexualidade não é apenas um fenômeno biológico, mas sim uma construção social e cultural que é influenciada por normas e valores morais, religiosos e políticos. A sexualidade é uma dimensão importante da vida humana, que envolve questões de prazer, desejo, intimidade, identidade e poder, e que é influenciada pelas relações de gênero, classe e raça. Contudo, em nossa sociedade, a sexualidade vista como “normal” e/ou “natural” é a heterossexual. Adrienne Rich (1984) argumenta que a heterossexualidade tem sido institucionalizada como um modelo privilegiado da norma relacional e elabora o conceito de heterossexualidade compulsória para se referir a este fenômeno.

Sendo percebida como norma social e cultural dominante, a heterossexualidade implica em um poder opressivo sobre as identidades e as expressões sexuais que não se enquadram nessa categoria, levando-as a serem frequentemente estigmatizadas e marginalizadas. O casal heterossexual, originalmente, era apenas a simbologia de uma norma pouco teorizada, contudo lentamente se tornou o quadro de referência para o modo como pensamos a sexualidade. Ou seja, a heterossexualidade passou a ser considerada a norma padrão, sem precisar de uma definição explícita, enquanto a homossexualidade continuou a ser vista como uma exceção à norma (Louro, 2000).

Quando pensamos em saúde mental da população LGBT* devemos olhar para as implicações que as violências sofridas por tal população causam. Who (2014) destaca que a população LGBT* está entre os grupos sociais considerados mais vulneráveis, devido à discriminação e violência que são submetidos, tendo como motivação a orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, é importante destacar que

1 A sigla LGBTQIAPN+ é uma representação inclusiva das diversas identidades sexuais e de gênero. Cada letra representa um grupo específico, sendo eles: Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transexuais; Queer; Intersexo; Assexuais; Pansexuais e Não Binários. O sinal de mais (+) indica a inclusão de outras identidades que não estão explicitamente mencionadas.

2 Neste trabalho optou-se por usar o termo LGBT* considerando a extensão da sigla. Contudo, o asterisco (*) é uma forma de indicar as demais orientações sexuais e identidades de gênero que fazem parte desta minoria social, mas não foram nomeadas.

3 A cis heteronormatividade descreve uma estrutura que presume que as pessoas devem identificar-se com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento (cisnormatividade) e que os relacionamentos heterossexuais são a norma (heteronormatividade).

a população jovem LGBT* enfrenta uma taxa ainda mais elevada de suicídios. O contexto de discriminação, estigma e isolamento social que muitos jovens LGBT* enfrentam contribui para o aumento do sofrimento mental e da procura por serviços de saúde mental. Entender e abordar as questões de saúde mental dessa população é fundamental para promover um ambiente mais inclusivo e saudável para todos/as/es.

Considerando o contexto de violência simbólica e material produzido na vida das pessoas LGBT*, no primeiro semestre de 2023, foi elaborada uma intervenção com estudantes LGBT* de uma universidade do Sul de Santa Catarina. A experiência teve como base os saberes produzidos pelo movimento construcionista social, e seguiu o modelo de grupos reflexivos de gênero.

Rasera e Japur (2007) apontam duas interessantes possibilidades de mediação grupal no interior desse movimento. A primeira é baseada na postura dialógica, a partir de conversas com cada membro do grupo, focando na construção colaborativa de narrativas entre o terapeuta e o cliente, buscando a emergência de novos significados à medida que as histórias são desenvolvidas e compartilhadas. A segunda adota um processo de mediação em que os próprios/as/es participantes fazem a interação do grupo entre si. Isso promove uma maior aproximação dentro do grupo e incentiva uma interação mais consistente com o padrão de conversação dialógica. Nesse contexto, os membros do grupo são encorajados a compartilhar suas perspectivas, experiências e histórias, criando um ambiente de co-construção de significados e promovendo uma compreensão mais rica e abrangente das questões em discussão (Rasera & Japur, 2007).

Segundo Beiras e Bronz (2016), a compreensão do construcionismo social e sua aplicação em grupos reflexivos desempenham um papel crucial na análise e transformação das dinâmicas sociais. O construcionismo social enfoca a linguagem como uma prática social que não apenas reflete a realidade, mas a constrói por meio de discursos e narrativas. Isso implica que a realidade e o conhecimento são moldados por processos sociais influenciados pela história e pelo contexto cultural. Os grupos reflexivos, por sua vez, emergem como ferramentas poderosas para desafiar e desestabilizar relações de poder opressoras, bem como para dar visibilidade à diversidade de perspectivas e experiências muitas vezes silenciadas. Esses grupos promovem uma reflexão crítica sobre o que é considerado óbvio e socialmente dado, buscando desconstruir narrativas preconceituosas e estereotipadas.

Nesse contexto, a abordagem de gênero e os estudos feministas desempenham um papel significativo, pois abordam as relações de poder, a equidade de gênero e a desconstrução das normas tradicionais de masculinidade e feminilidade. Diante disso, este artigo tem por objetivo narrar a experiência de um grupo reflexivo com estudantes LGBT*, facilitado durante o estágio em psicologia social.

MÉTODO

Este artigo foi desenvolvido a partir da experiência no estágio obrigatório de Psicologia Social, do curso de Psicologia, no primeiro semestre de 2023, realizado em um Programa de Saúde Mental Estudantil promovido por uma universidade no Sul de Santa Catarina⁴. O projeto de estágio foi estruturado com o formato de grupo reflexivo, inspirado na metodologia desenvolvida por Beiras e Bronz (2016), com encontros semanais, centrados na troca de conhecimentos, reflexões e construção de novos sentidos diante de um tema.

Foram realizados seis encontros, no formato de grupos abertos, sendo o total de participantes aproximadamente 15, com participação efetiva de em média sete

4 O programa tem como objetivo o suporte à saúde mental dos/as/es discentes da instituição. Conta em sua equipe com psicólogos/as/es, residentes de psicologia e estagiários do curso de psicologia.

pessoas por encontro, e duração média de uma hora. Os/as/es estudantes possuíam entre 17 e 25 anos de idade e eram oriundos/as/es de diferentes cursos de graduação.

O início da construção do grupo se deu a partir de diálogos com pessoas e setores que fazem parte da comunidade acadêmica, como forma de trazer representatividade e compreensão das necessidades dos/as/es discentes LGBT*. Após esse momento, desenvolvemos o convite com um formulário de inscrição para participação do grupo, no qual havia o questionário com perguntas consideradas importantes para conhecermos o público-alvo. O contato com os/as/es estudantes da Universidade se deu a partir do e-mail do Programa de referência; redes sociais da Liga Acadêmica LGBT*, da rede de contatos da estagiária, e de mobilização em espaços de socialização de estudantes: CAs e DCE. O grupo reflexivo foi realizado no primeiro semestre de 2023.

No primeiro encontro, priorizamos a construção dos acordos de convivência. Estes acordos são elaborados de forma colaborativa, com a participação de todos/as/es os/as/es participantes do grupo, e consistem em um conjunto de diretrizes comportamentais e princípios éticos destinados a promover a aceitação da diversidade no grupo, como cita Beiras e Bronz (2016), buscando construir um local de segurança e acolhimento. Além disso, compartilhamos com os/as/es participantes os possíveis temas para os encontros subsequentes, os quais haviam sido colhidos através do formulário de inscrição, para que pudéssemos dialogar sobre as expectativas do grupo. Pensando em construir um ambiente acolhedor e atento à rotina dos/as/es participantes do grupo, todos os encontros dispuseram de *coffee break* e música ambiente, do gênero *lo-fi*.

Após o encontro inicial, ocorreram mais cinco encontros. O segundo encontro recebeu o tema “Autoestima, sociedade e afetações», com objetivo de promover reflexões sobre a construção da autoestima e da autopercepção no contexto social em que estamos inseridos. Convidamos para participar do grupo neste dia um psicólogo, psicanalista, e especialista em saúde mental e atenção psicossocial, que se identifica como um homem cis, gay, branco.

No terceiro encontro, com o tema “Saúde Mental da População LGBT*, Caminhos, Autoconhecimento, e Rede de Apoio”, refletimos sobre o significado de saúde mental, os caminhos que percorremos e possibilidades que existem para o autocuidado e a importância de uma rede de apoio segura. Este encontro foi facilitado pela própria estagiária de psicologia, com co-facilitação da equipe do Projeto de referência.

O quarto encontro recebeu o tema “Reflexões sobre gênero e saúde mental». Nesse momento do projeto, o propósito foi refletir sobre construção de gênero, diversidade sexual, vivências e lugares seguros. Como convidada recebemos uma psicóloga, que se identifica com uma travesti negra.

No quinto encontro, o tema escolhido foi “Diversidade Sexual e Famílias Homotransafetivas: Relatos de Vida”. Refletimos, neste momento, sobre as possibilidades de construção de famílias, diversidade sexual, preconceito e saúde mental. O psicólogo coordenador do Programa de referência, homem gay e pai, e a psicóloga da Secretaria de Diversidades da universidade, mulher lésbica e mãe foram os/as/es convidados/as/es.

O sexto encontro, com o tema “Permanência estudantil e no mercado de trabalho: Relato de vida LGBT*» recebemos uma advogada, formada pela universidade em que o grupo aconteceu, que se identifica como mulher trans/travesti negra, para conhecermos as possibilidades de proteção de pessoas LGBT* que sofrem discriminações nesses locais.

Em cada encontro, procuramos convidar profissionais que não apenas possuíssem as qualificações acadêmicas necessárias, mas também trouxessem representatividade para compartilhar suas vivências, contribuindo para a produção de novos sentidos junto ao grupo e promovendo um senso de pertencimento entre os/as/es participantes.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Quando questionados sobre identidade de gênero e orientação sexual, parte dos/as/es participantes relataram que se percebem percorrendo um processo de autocohecimento e acreditavam que o grupo reflexivo poderia ajudá-los. Louro (2000) destaca que a construção de gênero e a sexualidade são dimensões importantes da vida humana, que iniciam na infância e são influenciados pelas relações de poder que permeiam a sociedade, envolvendo questões de identidade, prazer, desejo, intimidade e poder. O clipe da música «*take me to church*» [«leve-me à igreja»: tradução nossa], do cantor e compositor Hozier, foi usado como disparador para promover reflexões a partir de preconceitos vivenciados na sociedade, principalmente pela igreja e família de pessoas LGBT*. A música e o clipe abordam a ideia do pecado, da liberdade sexual e culpa religiosa. Hozier em entrevista ao site *The Cut* (2014) expressa-se sobre a canção que escreveu, nos convocando a refletir acerca do fato de que se relacionar afetivamente com outra pessoa é um comportamento natural do ser humano, embora algumas doutrinas nos ensinem a ter vergonha disso. Ele argumenta que a canção é sobre se reafirmar e recuperar sua humanidade através do amor.

A discussão a partir da música gerou reflexões sobre como os preconceitos vividos nos diversos grupos de pertencimento e os padrões sociais normativos realizam um papel fundamental na nossa construção do Eu, nas crenças que temos sobre nós mesmos e na ideia de que há algo de errado em sermos como somos. Nesse momento, os acadêmicos expressaram o que a letra os fez pensar e sentir, relatando sobre suas experiências religiosas, a rejeição familiar e questionando a ideia de “cura” gay, imposta por fundamentalistas religiosos, e por alguns profissionais da saúde, como psicólogos, que veem as subjetividades que fogem da heteronormatividade como doença. Isso nos leva a pensar sobre a incoerência de atuação de tais profissionais com os princípios fundamentais do Código de Ética, vide o item II (CFP, 2005, p. 7): a psicóloga “trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

De acordo com Moreira, Frois e Ornelas (2022) na atuação clínica é importante que o/a/e terapeuta faça uma análise crítica sobre o ambiente em que o indivíduo está inserido, para compreender se o local contribui positivamente ou se afeta negativamente a saúde mental dos sujeitos, em consequência a fatores que podem estar atrelados a LGBTfobia, como negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Por conta disso, se faz necessário um olhar crítico, social e sensível vindo dos profissionais que irão atender essa demanda, além dos conhecimentos que compõem a base curricular dos cursos de psicologia. Em consonância a isso, os/as/es participantes trouxeram vivências de LGBTfobia no meio acadêmico, queixando-se de que esse assunto é pouco falado na universidade e apontando a necessidade de ampliar o debate sobre o tema.

Como síntese deste encontro, foi utilizada uma dinâmica chamada de “caixinha dos sentimentos”. Nesta, os/as/es participantes foram convidados/as/es a expressar, em pequenos bilhetes adesivos (*post-its*), as emoções e percepções que experimentaram durante o grupo e aquilo que levariam consigo. As palavras e expressões que emergiram incluíram amor, um maior entendimento das vivências LGBT*, validação, ecoar, tranquilidade, sexualização de corpos e padrões de beleza, conforto e aceitação da sexualidade.

Para refletirmos sobre autoestima, sociedade e afetações, o psicólogo e psicanalista convidado para o segundo encontro contou sobre sua própria história de vida como um homem gay. Relatou o preconceito e a falta de espaços de pertença em

que pudesse expressar sua sexualidade livremente sendo um homem gay que nasceu e viveu boa parte da sua vida no interior. Para ele, a universidade representou um local de amparo, em que poderia se permitir ser ele mesmo, podendo construir sua autopercepção e autoestima. Falou ainda sobre a importância de trocarmos conhecimentos, buscarmos sentidos para nossas vidas, vivermos em comunidade superando o medo de sofrer repressões. Segundo ele: *“é essencial saber o que eu gosto e o que não gosto, o que é meu e quero para a minha vida e o que foi me ensinado, isso se torna um processo de identidade”*. Esse sentimento de pertencimento que buscamos e muitas vezes encontramos na universidade ou nos locais que vamos conhecendo, contribuem para que possamos compreender nosso lugar no mundo. Guimarães (2019) em sua pesquisa clínica ilustra a reconstrução da narrativa de um indivíduo, demonstrando como esse processo abre novos horizontes e possibilidades na vida da pessoa, previamente limitados por uma perspectiva restritiva. Ao recontextualizar nossas narrativas, podemos ampliar perspectivas relacionadas às experiências de vida que tivemos. Essa reconfiguração narrativa está intrinsecamente ligada à formação da identidade e desempenha um papel significativo na forma como percebemos e vivenciamos o mundo ao nosso redor.

O convidado fez uma fala sobre os estereótipos que acreditamos, por vezes, que devemos seguir nos levando a crer que devemos nos encaixar por sermos minorias. A família, muitas vezes, atribui expectativas pessoais aos filhos, gerando frustração e sofrimento, sentimento de fracasso por não corresponder ao que esperavam. Abramovay, Andrade e Esteves (2007) apontam que, embora os/as/es jovens critiquem seu ambiente familiar, percebam que suas relações com os pais e mães podem não ser saudáveis, eles ainda consideram suas famílias como a principal referência em suas vidas, uma parte muito importante e que orienta seus atos. O grupo refletiu sobre essas expectativas virem a se tornar crenças disfuncionais sobre quem somos e sobre o nosso valor, tendo como consequência a baixa autoestima.

Uma das participantes enfatizou que desenvolver a autoestima é um desafio, mas podemos praticar a autopercepção ao considerar nossa trajetória passada, presente e aspirações futuras. Nossas narrativas pessoais frequentemente representam interpretações «parciais» das experiências que atravessamos. No decorrer do processo em que resgatamos habilidades e competências, temos a capacidade de reelaborar nossas vivências, permitindo-nos redesenhar uma imagem mais competente de nós mesmos (Guimarães, 2019). Isso reforça a importância do contexto social na construção da autoestima e da saúde mental, já que o ambiente em que estamos inseridos e as oportunidades para expressão saudável desempenham um papel significativo em nossa autoimagem. Também ressaltou a importância de reconhecermos e valorizarmos as ações positivas que realizamos para nós mesmos, não apenas para os outros, como parte fundamental da busca pelo amor-próprio.

Como síntese deste encontro, foram anotadas as palavras que mais estiveram presentes nas falas do grupo: identificação, descoberta, vínculos afetivos, representatividade, conhecimento, comunidade, segurança, pertencimento, autopercepção e medo. Refletimos com o grupo compreensões e definições de algumas destas palavras, trazendo questões sobre a construção da nossa autoestima e as afetações que vivemos durante nossas vidas, e que embora possamos experimentar barreiras e medos, podemos encontrar locais e relações seguras onde nos sentimos bem e podemos ser quem somos. Os/as/es participantes do grupo expressaram o que sentiam, contando suas experiências em relação à identificação, iniciando uma discussão sobre rótulos, sexualidade e subjetividades. Houve relatos sobre autoaceitação e enfrentamentos, alguns contaram suas experiências de preconceito vindas de suas famílias e como acabam tentando esconder, muitas vezes, quem são e como gostam de viver.

Uma das participantes leu para o grupo o trecho de um texto escrito por ela em que expressa a importância de *“jogar para o mundo o que é de responsabilidade dos outros e não nos cabe, para não internalizarmos o que não é nosso”*. Ela analisa a fase de vida que se encontra, refletindo sobre estarmos *“nos descobrindo a cada dia, que a nossa construção é eterna, e que ser quem somos em qualquer lugar é o ideal”*. Nesse momento, refletimos sobre a coragem que é necessária para enfrentar os padrões sociais e até mesmo estar frequentando um grupo LGBT*. bell hooks (2021) nos leva a refletir sobre como aprendemos sobre o amor através da violência. Muitos de nós, crescemos em famílias abusivas e agressivas, discursivamente ouvíamos que éramos amados, mas constantemente passávamos por experiências de humilhação e agressão. A autora argumenta que quando nos aceitamos como somos, com nossas subjetividades, construímos uma base para o amor-próprio. Podemos pensar no amor-próprio como uma escolha que fazemos, um processo que passa pelo auto-conhecimento para descobrirmos como construímos e internalizamos certas crenças, mas que além disso, requer de nós uma combinação de compromisso, cuidado, respeito, conhecimento, confiança e responsabilidade, nos tornando conscientes e críticos sobre nós mesmos.

No terceiro encontro, com o objetivo de compreender o significado de saúde mental para o grupo e trazer reflexões a fim de desmistificar o que é ou não saúde mental, os/as/es participantes foram convidados/as/es a expressar suas percepções acerca do assunto. Uma participante, iniciando o diálogo, argumentou que *“saúde mental é dignidade humana, direito à saúde, trabalho e lazer”*. Para ela, *“é a possibilidade de sair na rua sem sofrer violência”*. Um outro participante trouxe que *“é construção, e que determinantes sociais influenciam na saúde mental, pois para estar bem consigo e com o seu redor, é preciso conseguir desenvolver o seu eu, sem precisar se esconder, sem deixar se afetar negativamente pelo mundo”*, afirmou que a saúde mental também *“é aceitação”*. Continuando as trocas, outro participante relatou que na adolescência, as pressões da vida podem fazer com que optemos por suprimir nossos desejos, prejudicando a construção de nossa identidade, portanto, é importante compreendermos as funções sociais que desempenhamos e que desejamos desempenhar.

A Organização Mundial da Saúde (2001) no Relatório sobre a Saúde no Mundo define o conceito de saúde mental como sendo um estado de bem-estar em que o indivíduo possua consciência das suas capacidades e, a partir disso, possa lidar com seus anseios e inquietações normais da vida, podendo trabalhar de forma produtiva, indo além da ausência de transtornos mentais. Podemos pensar, então, que saúde mental não é a ausência de doença, de um diagnóstico psiquiátrico, mas como o indivíduo experiencia suas condições, com qualidade de vida e bem-estar.

Na contemporaneidade, Amarante (2007) conceitua a saúde mental como uma área abrangente, complexa, plural, intersetorial e transversal de saberes e práticas profissionais no âmbito da saúde e das políticas públicas. Segundo o autor, essa área revela-se rica e polissêmica, apresentando uma complexa rede de saberes que incluem psiquiatria, neurologia, neurociências, psicologia, psicanálise, filosofia, sociologia, religião, bem como questões sociais, ideológicas e étnicas, entre outras. O autor destaca a dificuldade de delimitar claramente as fronteiras desse campo de conhecimento em virtude de sua natureza multifacetada e interdisciplinar (Amarante, 2007). Um estudante perguntou ao grupo *“quais locais nos sentimos desconfortáveis em frequentar?”*, o que foi respondido por outro acadêmico que relatou se sentir desconfortável na casa da sua avó, pois os pais dizem que ele não deve falar sobre ser um homem trans para ela, argumentando sobre a fragilidade da avó, o que faz com que o neto, homem trans, evite visitá-la. bell hooks (2021), problematiza as consequências afetivas de crescermos acreditando que para sermos amados

precisamos nos ajustar às expectativas de nossos pais, anulando nossa subjetividade e nosso próprio sentido de *self* em troca do que conhecemos como amor. Cabe nos perguntarmos quais construções sociais levam a mãe deste jovem a acreditar que a avó, com quem o neto nunca teve a possibilidade de conversar sobre identidade de gênero, desaprova sua existência no mundo.

Após dialogarmos sobre o conceito de saúde mental, perguntamos ao grupo o que eles/elas/elus fazem para cuidar da sua saúde mental, o que os/as/es faz se sentirem bem. Uma vez que o grupo reflexivo tem como objetivo promover saúde mental e a prevenção do adoecimento psíquico, buscamos compreender os sentidos atribuídos pelos/as/es participantes ao conceito de saúde mental. Dentre os relatos, houve definições de que é *“trabalhar de forma autônoma, em algo que gosta”*; *“fazer psicoterapia”*, *“buscar conversar com o coração”*, *“sentir seu sofrimento sem julgar”*; *“ter tempo de qualidade com pessoas que ama”*, *“ouvir música”* e *“escrever sobre seus sentimentos”*. Partindo de tais reflexões, problematizamos sobre a importância de não deixar com que nossas emoções estejam *“anestesiadas”*, acolhendo nossos sentimentos e cuidando da produção de sentidos que atribuímos à nossa própria sexualidade e identidade de gênero.

Por fim trouxemos um vídeo chamado *“comunidade LGBT e saúde mental”* da TV da Universidade Federal de Minas Gerais, que trazia relatos de pessoas LGBT* e dados estatísticos de adoecimento mental e violência para com esta população, além de estratégias para a valorização da saúde mental. Neste vídeo, pessoas da comunidade falavam sobre preconceitos que já passaram e a forma com que se percebem e se aceitam como pessoa LGBT*. Um acadêmico trouxe a reflexão, sobre o que a sociedade faz com a pessoa LGBT*, citando dificuldades em conseguir emprego por conta dos padrões, além da pressão familiar que usa os recursos financeiros como moeda de troca para o silenciamento da homossexualidade, para ter ajuda da família, é preciso *“se esconder no armário”*.

Considerando o contexto histórico e familiar que atravessa a subjetividade das pessoas LGBT*, torna-se essencial que o profissional que vá prestar atendimento a este público o faça com respeito à dignidade, tendo conhecimento e considerando as subjetividades, além de compreender que o meio em que uma pessoa vive influencia em sua construção, e nesse caso, por não se enquadrarem nos padrões heteronormativos, podem ter sofrido violências que deixaram marcas (CFP, 001/99). Os profissionais de psicologia, devem proporcionar um local seguro e acolhedor, promovendo saúde e qualidade de vida e contribuindo para a eliminação de discriminação, negligência, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005).

O quarto encontro teve o tema *‘Reflexões sobre gênero e saúde mental’*. De acordo com Louro (2000), a identidade de gênero não é uma característica inata e biológica, mas sim uma construção social e cultural que é produzida e reproduzida por meio de práticas discursivas e de relações de poder, ou seja, a identidade de gênero não é determinada pelo sexo biológico, mas pela cultura e pelas normas sociais. A autora destaca que a construção de gênero é um processo que começa na infância e é influenciado pelas relações de poder que permeiam a sociedade. Por isso, as crianças aprendem desde cedo o que é considerado *«masculino»* e *«feminino»*, e são socializadas para se comportarem de acordo com esses padrões de gênero.

A psicóloga convidada foi a primeira pessoa trans/travesti a se formar em um curso de graduação na universidade que cursou, enquanto contava sua história ao grupo, questionou o porquê de pessoas trans serem a exceção nestes espaços institucionais. Um dos participantes contribuiu com a discussão tecendo uma crítica a falta de visibilidade da temática diversidade sexual e de gênero nas disciplinas da graduação e com isso inicia um debate sobre como é a formação dos/as/es profissionais

que vão atender esta demanda. Santos, Prigol, Lasmar e Zandoná (2020) ressaltam que a elaboração de políticas públicas em prol da população LGBT* representaram um avanço significativo, mas persistem desafios no acesso à saúde, incluindo experiências de discriminação por parte dos profissionais de saúde. A formação ética e técnica dos profissionais é essencial para desconstruir a LGBTfobia e promover um atendimento qualificado e inclusivo, pautado no respeito e na valorização da vida, contribuindo para um ambiente de cuidado mais inclusivo, onde a saúde da população LGBT* possa ser atendida de maneira digna e respeitosa (Santos, et al., 2020).

A convidada contou que em sua adolescência as escolas não aceitavam que ela fizesse a matrícula: *“eles não querem nossos corpos nestes espaços”*, relatando que neste período chegou a apresentar sintomas depressivos. Para Louro (2000) existem diversas maneiras de se fazer mulher ou homem, assim como possibilidades de viver prazeres e desejos corporais, que são frequentemente anunciadas e promovidas socialmente, mas também reguladas, condenadas ou negadas. Dessa forma, podemos pensar que os corpos recebem sentido socialmente no contexto de uma determinada cultura, e assim, recebem marcas dela, sendo definidas e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. A psicóloga refletiu com o grupo sobre a LGBTfobia e a violência oriunda deste preconceito ter início, muitas vezes, na infância, que é o momento em que começamos a nos identificar, nos expressar e perceber o mundo. Para dar continuidade, problematizamos sobre como uma construção de *self* mediada por violências, invalidez e falta de amor, pode afetar o nosso senso de merecimento e autoestima e salientamos a importância de construirmos uma rede de apoio que nos ajude a promover um senso de valorização da nossa forma de estar no mundo.

bell hooks (2021) nos convida a pensar sobre comunidade, essa rede de apoio que alimenta a vida. Nascermos em determinados grupos, mas podemos encontrar espaços de pertencimentos em outros grupos com os quais vamos nos identificando ao longo da vida, longe de abusos de poder e negligência que são, não raramente experienciados, no grupo de origem. O amor pode ser encontrado nas amizades que escolhemos no decorrer de nossas vidas, para que possamos desenvolver nosso crescimento pessoal e construir laços fortes e verdadeiros.

Com objetivo de refletir sobre as possibilidades de construção de famílias, diversidade sexual, preconceito e saúde mental, o quinto encontro do grupo teve início com a psicóloga convidada trazendo um pouco da sua relação com o filho, os desafios de ser uma família com duas mães, os preconceitos que passam e como refletem em seu filho. Disse que *“dói precisarem passar por isso”*, e relata questionamentos sociais por não corresponderem ao padrão heteronormativo de família. Martinez e Barbieri (2011) retratam que são feitas inúmeras críticas à organização familiar denominada como família homoafetiva. A crítica predominante aponta para a possibilidade de que crianças criadas em tais ambientes podem encontrar obstáculos na distinção entre os conceitos de feminino e masculino, bem como na formação de sua própria identidade sexual. Tal crítica tem por base a heteronormatividade um modelo relacional que há tempos tem sido questionado nos estudos de gênero (Louro, 2000; Rich, 2012). A convidada perguntou ao grupo qual a definição de família para o grupo, um dos participantes respondeu que *“família é amor, afeto, carinho, acolhimento, proteção e cuidado”*. Ela então problematiza as idealizações afetivas em torno do que concebemos como família, e nos convida a driblar este imaginário, reconhecendo violências que podem ser perpetuadas por pessoas que amamos. Além disso, ela reflete sobre funções compensatórias usadas por pessoas LGBT* como forma de aceitação, citando de forma irônica: *“embora seja assim, cuida bem da mãe, é bonzinho, não chama muito atenção”*. Salienta que com isso passamos por diversas violências psicológicas na busca de sermos aceitos/as/es e de nos encaixarmos.

O psicólogo convidado argumenta sobre podermos nos permitir ser “desleais” aos nossos ancestrais, que podemos amar nossa família de origem, mas saber até onde podem ir sem que ultrapassem nossos limites. O convidado contou que percebeu, junto ao seu esposo, que estavam construindo uma família com base na heteronormatividade repetindo padrões que lhe foram impostos, mas que eles não concordavam. Refletiu sobre como esses padrões heteronormativos aprendidos com os pais e com a sociedade são trazidos para dentro de casa, aquela que escolhemos construir na vida adulta, e questionou as pedagogias afetivas que nos impõem esse padrão.

O sexto encontro, com o tema “Permanência estudantil e mercado de trabalho: relato de vida LGBT*” produziu, entre outras reflexões, argumentos acerca da proteção do nome social para se matricular em um curso de graduação. A advogada convidada para esse encontro foi a primeira pessoa a se matricular com nome social na Universidade em que estudou e relata que foi um processo burocrático, mas que considera que hoje seja tranquilo e rápido. Ela expressa que só tomou conhecimento sobre medidas de proteção e direitos que possuía quando estava escrevendo seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), percebendo que sofreu várias violências, muitas até mesmo normalizadas.

A Resolução nº 12/2015 do CNCD/LGBT estabelece diretrizes para garantir o respeito à identidade de gênero no contexto educacional. Destacam-se a adoção do nome social nas instituições de ensino, o tratamento oral exclusivo por esse nome, a inclusão do campo «nome social» em formulários, e o uso exclusivo desse nome em instrumentos internos. Recomenda-se a referência ao nome social em documentos oficiais. A resolução também assegura o uso de banheiros e espaços segregados conforme a identidade de gênero, incluindo estudantes adolescentes, sem exigir autorização dos responsáveis. Aplica-se a processos de acesso às instituições e sistemas de ensino, promovendo um ambiente educacional inclusivo e livre de discriminação de gênero (CNCD/LGBT, 2015).

Um participante relata situações vivenciadas em um antigo trabalho onde foi aconselhado por seu chefe, também um homem gay, a ser mais discreto, pois a maneira como se portava e se vestia, segundo ele, poderia lhe atrapalhar profissionalmente. Problematizamos com o grupo a forma com que as pessoas afirmam aceitar e não ter preconceito, mas não gostam quando uma pessoa LGBT* foge de certos padrões impostos pela heteronorma. Citamos então uma frase muitas vezes ouvida por nós: *“seja gay, mas não chame atenção”*. Em seu estudo sobre homonormatividade, Dana Rosenfeld (2009) argumenta que este conceito pode ser caracterizado pelas chamadas *«politics of passing»* nas quais os indivíduos buscam esconder sua sexualidade ou identidade de gênero, buscando passar despercebidos e assim evitar discriminação e receber maior aceitação, de forma que se adeque as normas de gênero e no esforço significativo de parecer heterossexual, mantendo intocados os pressupostos heterossexuais.

Em outro momento do encontro, um participante refletiu que casar e ter filho é um padrão da heteronormatividade e que percebe muitas pessoas LGBT* seguirem este caminho sem questionar, ou mesmo para se enquadrarem de alguma forma. Com isso, o grupo reflete sobre a importância do autoconhecimento para saber o que é nosso e faz sentido com o projeto de vida que temos, ou o que trouxemos de fora como uma verdade e nos afeta negativamente. Oliveira (2013) argumenta que o casamento entre pessoas LGBT*, em alguns casos, pode ser visto como uma manifestação da homonormatividade que se concentra na inclusão da pessoa homossexual na instituição tradicional da família. Quando o casamento tem o fim de enquadramento social, ao invés de ampliar acaba reduzindo o horizonte de possibilidades para a luta pela diversidade sexual e de gênero. A ênfase no casamento como um objetivo principal pode tirar o foco de outras questões essenciais relacionadas

à diversidade dentro da comunidade LGBT*, como cuidados de saúde, políticas de imigração e respeito à autonomia de todos os membros dessa comunidade. Portanto, o casamento, embora importante para muitos, deve ser considerado dentro do contexto mais amplo de cada indivíduo e suas subjetividades (Oliveira, 2013).

Para Louro (2000) a formação dos sujeitos é um processo contínuo e diverso, de forma com que nós desempenhamos um papel ativo na construção de nossas diversidades, não sendo um processo passivo em que apenas recebemos influências externas. Embora saibamos que os seres humanos são plurais e diversos, existe uma visão heteronormativa que busca nos definir por estereótipos e padrões, como forma, em muitos casos, de discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na experiência relatada neste artigo, centrada na facilitação de um grupo reflexivo de saúde mental destinado à comunidade LGBT* de uma universidade no Sul de Santa Catarina, emerge uma perspectiva multifacetada sobre a relevância e a significância da existência de lugares seguros para essa comunidade. Esse grupo representou um espaço singular e crucial para abordar questões que permeiam as vivências das pessoas LGBT* em um ambiente universitário, frequentemente caracterizado por desafios relacionados à inclusão, aceitação e respeito.

A iniciativa demonstrou a importância de proporcionar pertencimento e acolhimento a uma comunidade que, por vezes, carece de espaços específicos para compartilhar experiências, expressar suas identidades e explorar questões de saúde mental. Os temas debatidos no grupo englobaram reflexões sobre autoestima, amor, diversidade sexual, gênero, famílias homotransafetivas, direitos e preconceitos. Seguindo a perspectiva do construcionismo social, Guimarães (2019) observa que, ao buscarmos compreender quais são nossos potenciais e valorizando as diversas versões de quem somos e conseguimos ser durante nossas vidas, é possível percebermos novas realidades repletas de recursos e possibilidades, compreendendo nossas singularidades e ressignificando a forma com que nos percebemos enquanto indivíduos.

O envolvimento de profissionais LGBT* no grupo enriqueceu as discussões ao fornecer representatividade e orientação, contribuindo para que os/as/es participantes tivessem acesso a recursos e apoio adequados. A presença desses/as profissionais é uma das formas de demonstrar diferentes maneiras de estar no mundo para além da LGBTfobia, possibilitando novos modelos de referência para o grupo. Além disso, o projeto evidenciou o papel da universidade como um local propício para fomentar a conscientização e a compreensão das complexidades das identidades de gênero e da sexualidade, bem como a promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

Nesse sentido, a experiência do grupo reflexivo de saúde mental LGBT* transcende sua singularidade, destacando a importância da construção de espaços seguros e inclusivos em contextos acadêmicos e, por extensão, na sociedade como um todo. A reflexão crítica sobre essas temáticas contribui não apenas para o bem-estar psicológico dos/as/es indivíduos envolvidos, mas também para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por esse motivo, reforça-se a importância de políticas institucionais universitárias que visem o acolhimento de discentes LGBT*, fortalecendo os espaços de pertença do referido público, assim como a capacitação de profissionais que atuam no espaço universitário. Essa experiência reflete o compromisso contínuo com a promoção da saúde mental e o avanço dos direitos e do bem-estar da comunidade LGBT*, ressaltando a importância de continuar a expandir e fortalecer iniciativas similares em outros contextos educacionais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, M., Andrade, E. R. & Esteves, L. C. G.** (2007). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco. Recuperado de: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume27_juventude_outros_olhares_sobre_a_diversidade.pdf
- Amarante, P.** (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Conselho Federal de Psicologia.** (2005). *Código de ética profissional do psicólogo* (10ª ed.). Brasília. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais.** (2019). *Psicologia, Gênero e Diversidade sexual: saberes em diálogo* [s.n]. Belo Horizonte: Minas Gerais.
- Conselho Regional de Psicologia - Alagoas.** (2015). *Resolução CNCD/LGBT Nº 12* (12ª ed.). Recuperado de: https://www.crp15.org.br/wpcontent/uploads/2020/06/resolucao_cndc_lgbt_n12_2015__parecer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf
- Filho, N. de A., Coelho, M. T. Ávila, & Peres, M. F. T.** (1999). O conceito de saúde mental. *Revista USP*, 43, 100-125. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28481/30335>
- Frois, J. M. F., Moreira, M. A. N. P. & Ornelas, C. O. C.** (2022). *Saúde mental na população LGBTQIA+: o papel da relação familiar*. Trabalho de conclusão de curso em Psicologia, do Centro Universitário UNA, Betim. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/>
- Guimarães, N. V.** (2019). As influências de vozes apreciativas na nossa constituição identitária. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(62), 55-70. Recuperado de: <http://pep-sic.bvsalud.org/pdf/nps/v27n62/v27n62a05.pdf>
- Hooks, B.** (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo, SP: Elefante.
- Japur, M & Rasera, E. F.** (2007). Os sentidos da construção social. *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor.
- Louro, G. L.** (2000). Pedagogia da sexualidade. In W. A. S. Ataíde. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 4-22). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Martinez, A. L. M. & Barbieri, V.** (2011). A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. *Estudos de Psicologia*, 28 (2), 175-185. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/kHWYJnthMbdFCwVKKW9bM3J/>
- Observatório de Mortes e Violências LGBTQ+ no Brasil.** (2023, maio 08). *Dossiê denúncia 273 mortes e violências de pessoas LGBTQ em 2022* (s.n.). Recuperado de: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>.
- Oliveira, J. M. D.** (2013). Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 68-78. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/jC7kRjXmQLwGq4SXGgYt9kx/abstract/?lang=pt>
- Organização Mundial da Saúde.** (2001). *Saúde mental: nova concepção, nova esperança* ([s.n.]). Brasília. <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0205.pdf>.
- Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999.** (1999) «Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual». Recuperado de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

- Rosenfeld, D.** (2009, July 29). Heteronormativity and homonormativity as practical and moral resources: The case of lesbian and gay elders. *Gender & Society*. Recuperado de: <https://psycnet.apa.org/record/2009->
- Rich, A.** (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 4(05), pp. 17-44. Recuperado de: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/230917908-002>
- Santos, E. L. D., Prigol, A. C., Lasmar, S. D. A., & Zandoná, N. S.** (2020). Dificuldades enfrentadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros ao atendimento no Programa de Saúde da Família. *Research, Society and Development*, 9(9), p. 1-10. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7024>
- World Health Organization.** (2014). *Preventing suicide: a global imperative* [s.n]. Genebra, Suíça. Recuperado de: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779_eng.pdf?sequence=1. A.
-

JESSICA ESTEVES

Psicóloga - Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Graduada em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, atua como psicóloga na AMA – Associação de Pais e Amigos de Autistas.
E-mail(s): jessicaesteves.je13@unesc.net
<https://orcid.org/0009-0006-4829-7204>

CAMILA MAFFIOLETI CAVALER

Docente em Psicologia UNESC. Doutora e mestra em Psicologia pela UFSC, professora de Psicologia na Universidade do Extremo Sul Catarinense, pesquisadora vinculada ao Núcleo Margens: modos de vida, família e relações de gênero, UFSC.
E-mail(s): camilamaffioleticavaler@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2417-8017>

DIPAULA MINOTTO DA SILVA

Docente em Psicologia UNESC. Doutoranda em Saúde Coletiva pela UFSC, mestra em Saúde Coletiva pela UNESC, professora de Psicologia na Universidade do Extremo Sul Catarinense, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Bioética e Saúde Coletiva (NUPEBISC) – UFSC.
E-mail(s): dms@unesc.net
<https://orcid.org/0000-0002-0411-2478>